

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

A LEITURA E A ESCRITA: IMPORTANTES FERRAMENTAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Luiza Irene de Lima¹

Elizama Neri de S. e Silva²

Lúcia Falcão Barbosa³

Ao passo que a maneira de se perceber e de se narrar os processos históricos foi ganhando uma nova roupagem, uma roupagem mais maleável, na qual o sujeito comum é visto como agente histórico e construtor de seu próprio destino, de sua história, a História como conhecimento escolar também foi sendo modificada⁴. Em outras palavras, se o passado se caracteriza em uma narrativa aberta, através da qual o passado pode e deve ser explanado sob diferentes pontos de vistas, então, ensinar história, hoje, não pode ter como objetivo apenas “transmitir” narrativas arquitetadas por outrem. As aulas de História devem provocar a construção de sentidos que direcionem o estudante a entender que o passado está em movimento, a olhar para o mesmo a partir do momento atual percebendo que há um diálogo entre ambos e que somos um resultado de processos mútuos.

E, se um dos objetivos do estudo da história é buscar explicações que problematizem o momento atual, não devem ser mais aceitáveis práticas educativas nas aulas de história que só

¹ Pedagoga formada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: Luiza_de_lima@yahoo.com.br.

² Licencianda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: elizamaneri@yahoo.com.br.

³ Professora/Dr^a. adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. E-mail: urugute@uol.com.br.

⁴ Por exemplo, de acordo com a historiadora Sandra Pesavento, foi de grande importância para a escrita da História a descoberta do inconsciente, pois este abriu caminho para o estudo do simbólico, do inconsciente e também revelou a importância do indivíduo enquanto sujeito histórico: “Mesmo que Ranke, no seu empenho de afirmar um método científico para a História, eliminasse dela as representações, pretendendo atingir a verdade do acontecido, deve ser ressaltado que afirmava tanto a descontinuidade da História, as múltiplas temporalidades e a historização dos significados” (PENSAVENTO: 2008 p.22).

direcionam os aprendizes a armazenar e a reproduzir acriticamente os “fatos históricos”, os “conceitos históricos”, os “processos históricos” e os “objetos históricos”. Hoje, busca-se um ensino de história que vise à formação de um sujeito que se percebe como um ser capaz de trilhar seu próprio caminho na sociedade na qual está inserido. De acordo com as diretrizes nacionais para o ensino de história, essa disciplina é fundamental no processo formativo dos cidadãos, pois ela é responsável pelo desenvolvimento do pensamento crítico/reflexo possibilitando aos sujeitos a compreensão de que são eles os donos de seu próprio devir.

Um ensino de História desenvolvido sob esse novo paradigma da educação, sócio-histórico, não deixa mais lugar para um ensino arcaico e fragmentado. Assim sendo, a prática pedagógica busca superar o paradigma da fragmentação, da reprodução, visando à construção do saber a partir do processo de ensino crítico construtivo, ativo e dinâmico, no qual o profissional da educação sempre repensa sua metodologia, sua concepção de ensino. No qual o processo avaliativo também deve servir como momento de auto-avaliação docente.

O motivo que nos direcionou a estudar o ensino de história nos anos iniciais e as dificuldades com leitura e escrita encontradas foi o desejo de colaborar com futuras pesquisas que possam trazer contribuições em relação às formas de atuação pedagógica em aulas de História no Ensino Fundamental I. Sabemos que não é fácil para um/a professor/a dos anos iniciais lidarem com conteúdos, conhecimentos e conceitos de distintos campos de saber, por isso, a presente obra é fruto de um estudo bibliográfico que buscou responder a seguinte indagação: “Até que ponto as dificuldades com a linguagem escrita interferem no processo de ensino/aprendizagem de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental I”.

O Ensino de História nos anos iniciais e o Letramento

Um dos possíveis caminhos para o ensino de História nos primeiros anos escolares é o ensino desta matéria tendo como base a concepção do letramento. Ou seja, os conteúdos ministrados, os conceitos apresentados e trabalhados em sala de aula, em muitos casos, são estudados em textos didáticos para os quais é indispensável à prática da leitura. Segundo

Soares (2006), essa prática de leitura dos textos didáticos da área de história deve estar no prisma do letramento:

A leitura estende-se (...) a habilidades cognitivas e metacognitivas; inclui, dentre outras: a habilidade de decodificar símbolos escritos; a habilidade de captar significados; a capacidade de interpretar sequências de idéias ou eventos, analogias, comparações, linguagem figurada, relações complexas, anáforas; e, ainda, a habilidade de fazer previsões iniciais sobre o sentido do texto, de construir significado combinando conhecimentos prévios e informação textual, de monitorar a compreensão e modificar previsões iniciais quando necessário, de refletir sobre o significado do que foi lido, tirando conclusões e fazendo julgamentos sobre o conteúdo. (...) Assim como a leitura, a *escrita*, na perspectiva da dimensão individual do letramento (a escrita como uma “tecnologia”), é também um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas (p. 69).

Talvez, no ensino de história no Ensino Fundamental I, a maioria dos professores desconsidere o que os alunos têm a dizer, bem como a experiência dos mesmos, legitimando apenas o que está nos livros didáticos. Com isso, a leitura torna-se mais importante do que o exercício da escrita. Escrita aqui compreendida como autônoma no sentido de que não está em consonância com o exercício de copiar as respostas certas em negrito no texto de apoio. A escrita é importante porque oferece subsídios que reforçam as idéias dos discentes. E, embora não seja preciso fazer uso da linguagem escrita para se aprender história, é através dela que a capacidade de aprendizagem pode ser potencializada, melhorando assim a consciência histórica do estudante.

Santos (2001), em seu trabalho “Letramento e Ensino de História: os gêneros textuais no livro didático de história”, afirma que:

Os alunos das diferentes séries apresentam, muitas vezes, dificuldades não necessariamente nos conteúdos específicos das disciplinas, mas na exposição escrita de textos no ensino/ aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento. A linguagem é o principal veículo de acesso aos saberes escolares (...). Ler e escrever são ferramentas fundamentais em nossa sociedade para o indivíduo construir conhecimentos, tanto dentro como fora da escola, conseqüentemente são muitos os fatores que influenciam no processo de ensino/aprendizagem da disciplina história, entre eles o domínio ou não da leitura e da escrita (SANTOS: 23/06/2011).

Em outras palavras, a partir do momento que os aprendizes apenas lêem textos de um determinado livro didático para memorizar fatos e responder questionários, isso faz com que o ensino se torne mecanizado não permitindo que os discentes opinem e reflitam. A esse respeito, Santos e Silva nos dizem que:

A leitura da palavra é a atividade que o aluno exerce no ato de interagir com algum texto posto, e a leitura de mundo é a capacidade que o indivíduo tem de correlacionar a leitura da palavra com suas experiências de vida (SANTOS & SILVA: 2010. p. 2).

Ou seja, as estudiosas estão chamando a atenção dos/as docentes para o fato de que não basta que o discente seja capaz de fazer uma ótima leitura de um dado texto, é preciso que ele adquira o conhecimento, colocando-o em prática nas mais diversas situações de comunicação, ultrapassando os muros da instituição escolar. Entendemos que ensinar letrando, seja justamente, nortear o aprendete ao processo de aquisição do saber de maneira dinâmica e interativa, construção essa, que deve pautar-se tanto nos saberes escolares quanto nos demais saberes. Seffener (2007), a esse respeito, explica que:

Podemos ter uma classe de alunos já alfabetizados, mas isso não significa que eles integrem o recurso à leitura e à escrita na sua maneira de ser e estar no mundo, na sua maneira de pensar e agir. Ser alfabetizado pode significar apenas que estes alunos lêem mecanicamente o que lhes cai pela frente. (...). Ou seja, eles são “atingidos” pelas coisas escritas, mas pouco interagem com elas. De todo modo, a maior parte dos indivíduos hoje em dia sabe mais do mundo através especialmente da televisão e do rádio, frente aos quais habituamo-nos a ter uma atitude passiva e receptiva acrítica. Hoje a leitura de livro não tem mais o monopólio do acesso à informação, e as práticas de leitura são em geral extensivas, mais utilitárias e menos literárias. (...). A leitura não constitui para a maioria uma fonte importante de conhecimento sobre o mundo, nem a escrita uma alternativa concreta de intervenção social (SEFFENER: 2007 11/112).

Por meio da concepção de Seffener, é possível afirmar que, a capacidade de ler, interpretar e produzir narrativas sobre fatos ocorridos com o Homem em sociedade é uma habilidade que deve ser construída na sala de aula e sua aquisição pode ser alcançada trilhando diversos caminhos. O aluno, como leitor e escritor, demonstra falta de maturidade e

até de vivências de práticas pedagógicas atrativas que o incentivem a ser perseverante para chegar ao domínio destas habilidades cognitivas.

Por isso, não podemos relegar a uma só disciplina a responsabilidade de preparar o aluno para usar bem esse instrumento que o ajudará a compreender o mundo em que está inserido. Para isso, é necessário que seja desenvolvido um trabalho que envolva no mínimo duas disciplinas escolares - Língua Portuguesa e História - com a intenção de pensar e propor estratégias que coloquem o aluno em contato com textos, escritos ou não, e a partir de sua reflexão, produzir textos comunicando o que compreendeu.

Acreditamos que esta responsabilidade não é exclusiva do professor de Língua Portuguesa, o professor de História muito pode contribuir ao exercitar a leitura e a escrita em suas aulas proporcionando ações de interação dos alunos com o objeto de estudo e não apenas realizar a transmissão de conteúdos. Assim, é preciso utilizar procedimentos que possam auxiliar os alunos a desenvolverem uma capacidade argumentativa própria, através da qual assumam uma posição frente às discussões, mobilizando para isso conceitos históricos de modo claro.

Se o professor de História se preocupar apenas com o desenvolvimento da aprendizagem do ponto de vista do conteúdo de sua disciplina, se desincumbindo da ação de acompanhar o desenvolvimento da forma com que o aluno se expressa por escrito, estará subtraindo do mesmo à possibilidade de potencializar sua aprendizagem. E esse ganho no aproveitamento do processo ensino-aprendizagem não fica restrito à disciplina de História, sendo extensivo às outras disciplinas, pois, o mesmo terá instrumentos para aproveitar melhor todos os conhecimentos com os quais se deparar.

É dever também do professor de História, exercitar a leitura e a escrita em suas aulas. As atividades com a escrita nas aulas de História precisam perder o caráter meramente burocrático e, ao invés de exercitarem apenas a memória, desenvolverem nos alunos uma capacidade argumentativo-reflexiva de modo que venham a apropriarem das discussões, dos conceitos históricos, assumindo assim ação interativa, lançando hipóteses e defendendo suas colocações argumentativas de modo.

De acordo com SEFFNER (op. cit.).

Ler um texto histórico é discutir suas raízes, seu local de enunciação, seu projeto. “A leitura da história considera análise dos pressupostos de que parte o autor, já que a narrativa histórica nunca é neutra”. Nesse sentido, é fundamental chamar a consciência do aluno para perceber que a neutralidade não existe. Todo texto é histórico na medida em que revela idéias e valores de um grupo social, em uma determinada época, podendo chamar outros discursos, outros textos, por isso remete a duas concepções diferentes; aquela com a qual concorda e, por implícito, aquela em oposição a qual se constrói. (2006, p.111).

É importante possibilitar aos alunos a compreensão de que os acontecimentos históricos não podem ser explicados de maneira simplista. É necessário fazê-los entender que numerosas relações, de pesos e características diferentes, interferem em sua realização. Essas noções são fundamentais para a compreensão das mudanças e permanências, das continuidades e descontinuidades.

Vale salientar que, as atividades direcionadas à leitura, interpretação e produção de textos são deveras importantes porque, estas ações desenvolvem entre os educandos um clima de união e harmonia, onde todos possam somar e respeitar a individualidade de cada um, valores estes, aliados ao conhecimento histórico que resultarão em transformações sociais que iniciarão na sala de aula e se estenderão por toda a vida.

É válido lembrar que foi de fundamental importância para a mudança das práticas pedagógicas nas aulas de História a perspectiva sócio-histórica vygostkyana, isso porque Vygostky focaliza a interação social, e percebe o docente como um mediador entre o estudante e o conhecimento a ser internalizado (Moreira, 1999). A partir dos estudos de Vigostky, o professor passa a ser visto como um agente que tem a função de facilitar a aprendizagem de seus discentes, possibilitando que o educando seja provocador de mudanças no meio em que está inserido e no sentido mais amplo da sociedade em que vive.

Desta forma, entendemos que ensinar História não é apenas apresentar textos para serem lidos e deles retiradas informações que estão lá explícitas, pois isso se configuraria em uma mera cópia. O educando deve ter acesso a um processo de ensino de História que o leve a formular suas idéias, a levantar questões, a fazer inferências perante algo que não está dito diretamente, mas que está implícito seja em textos ou em discursos verbalizados.

Na concepção de Kátia Abud (2005)

O conhecimento histórico escolar não pode ficar preso a análise de processos puramente cognitivos, independentes da vivência dos alunos. (...) Os alunos tendem a elaborar conceitos de acordo com sua experiência vivida e não formalizam o conhecimento histórico, se não tiverem a possibilidade de vivenciar movimentos e conceitos históricos, colocados em questão na sala de aula. Os indícios fornecidos pelos textos históricos sejam eles o texto expresso pelo professor ou do manual didático, se concretizam no momento em que outros elementos de aprendizagem entram em jogo, como analogia e a empatia. Para se apropriar de conceitos e noções presentes nos programas e planejamentos escolares, os alunos procedem segundo uma categorização, organizada a partir do acontecimento mais próximo ou mais familiar (p. 26).

Aqui, notamos a preocupação da pesquisadora com os conhecimentos prévios do aprendiz, pois em seu entender, a leitura de textos, os conceitos tratados nos mesmos, só norteará o estudante rumo a uma aprendizagem significativa a partir do momento em que o/a docente considerar o conhecimento de mundo e suas experiências concretas.

Para Bezerra (2008), além da experiência do sujeito, a experiência social também deve ser referência para o ensino de história:

Os conteúdos ocupam papel central no processo de ensino- aprendizagem, e sua seleção e escolha devem estar em consonância com os problemas sociais marcantes em cada momento histórico. Além disso, eles são concebidos não apenas como a organização dos fenômenos sociais historicamente situados, na exposição de fatos e conceitos, mas abrangem também os procedimentos, os valores, as normas e as atitudes (p. 39).

Se o objetivo do ensino de História é situar o estudante em seu momento histórico atual, percebendo as nuances do passado, o conceito de temporalidade deve ser trabalhado de maneira que o aprendiz perceba que há uma dinâmica entre os acontecimentos de outrora e os fatos ocorridos em seu entorno, bem como suas próprias experiências de vida, assim ele entenderá que o presente é resultado de uma temporalidade múltipla.

É capacidade de fazer essas ligações, de entender que os fenômenos históricos do ontem, do hoje e do amanhã são acontecimentos interligados a partir da ação humana em sociedade que torna o sujeito/discente uma pessoa letrada de fato.

Resumindo, somos de opinião que o docente deve ser capaz de suscitar em seu aprendiz uma desconfiança, desconfiança esta que o faz entender que a História é uma construção social, permeada de significados e de personagens distintos, assim percebendo-se também como agente histórico do momento histórico em que está vivendo por si próprio.

Apesar de estarmos cientes de que não deve haver nada que seja “óbvio” ou “evidente” numa pesquisa acadêmica, de que devemos ter cuidado para não irmos para o campo de pesquisa com “preconceitos” ou idéias já estabelecidas, ainda assim, acreditamos que, atualmente, as pessoas que estão se formando em pedagogia, bem como aqueles que os formam, devam olhar atentamente para a questão do ensino de história e de geografia nos anos iniciais, pois nos parece que essas duas disciplinas são relegadas a terceiro plano. Ensinar história, hoje, não se resume ao ato de direcionar o aprendiz a decorar textos, mas faz parte da prática de leitura e escrita, do letramento, para compreensão do mundo, da sua comunidade e de si mesmo no tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da linha teórica vigostkyana, é possível o/a docente desenvolver atividades que norteiam, direcionam os discentes a construir seu conhecimento por meio de uma ação ativa, reflexiva. É possível o trabalho com conceitos históricos e conteúdos específicos de História com as crianças dos anos iniciais da educação básica. Quando a aula de História vai além dos moldes tradicionais de ensino, é capaz de formar um cidadão crítico, conhecedor de sua potencialidade. E, como tal, é capaz também de refletir sobre qualquer esfera que lhe seja apresentada.

No processo de ensino e aprendizagem, tanto o professor/a como os aprendizes têm suas funções para que de fato ocorra a aquisição do conhecimento. Ao docente, cabe a intervenção pedagógica, está que venha a contribuir significativamente para a construção do saber, não só escolar mas, também conhecimento de mundo pelos estudantes.

E de sua incumbência ainda identificar e procurar meios para sanar ou mitigar as dificuldades apresentadas pelos mesmos, atentando sempre para a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), pois é dever do ensinante orientar suas práticas em prol do desenvolvimento

desse potencial proximal, pois não é construtivo trabalhar apenas com o que já foi consolidado.

No tocante ao aprendente, entendemos que ele é responsável também por seu aprendizado, pois de nada adiantará o/a docente dispor das mais variadas atividades, ou o uso de recursos inovadores, se ele, o aprendiz não tiver interesse em aprender, isso porque, é o mesmo quem constrói e ou modifica os instrumentos de ação e interpretação, buscando confrontar ideias, informações e construir novos conceitos. E o ensino da História tem a primazia em enveredar o estudante a construção de senso crítico, dialogando com propriedade com os saberes, saberes esses não apenas históricos, mas de qualquer área do conhecimento, consciente de que é um sujeito que participa e constrói a história da sociedade a qual pertence.

REFERENCIAS

ABUD, Kátia Maria. **Processo de construção do saber histórico escolar**. In História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, - Vol. 11 (Abr. 1995) – Londrina Ed. UEL. 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília: MEC, 1998.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. -2. ed 2. reimp, - Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Carmi Ferraz. **Letramento e Ensino de história: Os gêneros textuais no livro didático de história**. Disponível em:



<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/33.pdf> acesso 30 de dez. de 2012 as 15:50.

SANTOS, Adna E. Couto dos; SILVA, Marisângela B. da. **Leitura: Porque é tão Importante?** IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade ISSN 1982-3657.

SANTOS, Carmi Ferraz. **Letramento e Ensino de história: Os gêneros textuais no livro didático de história** (Artigo da internet: www.scielo.com.br).

SEFFNER, **Leitura e escrita na história.** In. NEVES, I.C.B. et al. Ler e escrever: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

SILVA, V. R. **Estratégias de leitura e competência leitora: contribuições para a prática de ensino da história.** *História.* São Paulo, 23 (1-2), 2004.

SILVA, S. P. **Texto e ensino: as mudanças no ensino de Língua Portuguesa e o discurso da dificuldade de interpretação de textos de alunos das escolas da rede pública de ensino.** *Revista P@rtes,* São Paulo, v. set., 2011. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/textoeensino.asp>.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2 ed., 11 reimpr, -Belo Horizonte: Autêntica, 2006.